

GESTÃO DO FLUXO DE CAIXA NO CONTROLE DA INADIMPLÊNCIA: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

JAMILA MIRTA BARROSO DA SILVA ¹
ANA ROSA GOUVEIA SOBRAL DA CAMARA²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo estudar a influência da inadimplência no fluxo de caixa, sendo que se tem-se como objetivo demonstrar sua importância para a sobrevivência do negócio, estimulando a formação de um senso crítico, por meio de bases concretas e subsídios teóricos, para que se possa obter uma análise mais próxima da realidade e auxílio na melhoria dos cálculos e projeções futuras quanto à inadimplência. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com coletas de dados secundários junto a periódicos, livros e pesquisa coletas na internet.

Palavras – chave: Inadimplência, fluxo de caixa, pesquisa.

¹ Jamila Mirta Barroso da Silva – Pós Graduação – MBA Administração Financeira (UNI-RN), e-mail: Jamila_Mirta@yahoo.com.br

²Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara – Mestre em Engenharia da Produção – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal/RN, e-mail: anarosagsc@gmail.com

ABSTRACT

This study aims to study the influence of delinquencies in the cash flow, and has as aim to demonstrate their importance to the survival of the business, stimulating the formation of a critical sense by means of concrete bases and theoretical subsidies, in order to obtain a closer analysis of reality and help in improvement of calculations and future projections as to the defaults. Was consummated a bibliographical research, secondary data collection along with the journals, books and research collections on the internet. Keywords: Delinquency, cash flow, research.

Keywords: Delinquency, cash flow, research.

1 INTRODUÇÃO

O principal problema enfrentado pelas empresas, principalmente as de constituição recente, é fazer com que os capitais trabalhem a seu favor. Utilizar o fluxo de caixa de maneira a otimizar a gestão de seus recursos financeiros minimizando seus custos e maximizando suas receitas. Este estudo tem o objetivo de desmistificar o conceito de gestão de empresas controlando um de seus maiores riscos e temores que é a inadimplência.

As empresas brasileiras, independentemente do tamanho ou estrutura, estão enfrentando desafios jamais vistos, tais como a globalização da economia e ambientes externos e internos cada vez mais dinâmicos. Todas as mudanças contribuem para aumentar o risco e a incerteza, tornando o gerenciamento das empresas uma atividade bastante complexa e desafiante, por isso elas precisam desenvolver ferramentas gerenciais que possibilitem agilizar e aperfeiçoar o processo decisório.

Uma importante ferramenta é o fluxo de caixa, pois por meio do controle do fluxo de caixa, o gestor pode programar e acompanhar as entradas e saídas de recursos financeiros, tanto a curto quanto em longo prazo. A partir do momento em que a empresa controla tais recursos, terá a capacidade de descobrir escassez de caixa ou possível excesso de recursos financeiros que poderiam ser aplicados num mercado financeiro, rendendo recursos a mais para a empresa.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com coletas de dados secundários junto a periódicos, livros e pesquisa coletas na internet.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FLUXO DE CAIXA: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Fluxo de caixa é uma previsão de entradas e saídas de recursos monetários, por um determinado período no caixa. Essa previsão deve ser feita com base nos dados levantados nas projeções econômico-financeiras atuais da empresa, levando, porém, em consideração a memória dos dados que respaldará essa mesma previsão. O principal objetivo desta previsão é fornecer informações para a tomada de decisões, tais como: prognosticar as necessidades de captação de recursos bem como prever os períodos em que haverá sobras ou necessidades de recursos; aplicar os excedentes de caixa nas alternativas mais rentáveis para a empresa sem comprometer a liquidez.

Segundo Zdnowicz (2001:23), “fluxo de caixa é a demonstração visual das receitas e despesas distribuídas pela linha do tempo futuro”.

A projeção do fluxo e caixa permite a avaliação da capacidade de uma empresa gerar recursos para suprir o aumento das necessidades de capital de giro geradas pelo nível de atividades, remunerar os proprietários da empresa, efetuar pagamentos de impostos e reembolsar fundos oriundos de terceiros.

Na projeção do fluxo de caixa, indica-se não apenas o valor dos financiamentos que a empresa necessitará para desenvolver as suas atividades, mas também quando ele será utilizado. Percebe-se até agora que o fluxo de caixa olha para o futuro retardando a situação real do caixa na empresa, não podendo ser confundido com os registros

contábeis que se ocupam do passado e incorporam categorias relacionadas ao patrimônio físico da empresa, como por exemplo, o ativo imobilizado.

Para a elaboração do fluxo de caixa, a empresa precisa dispor internamente de informações organizadas que permitam a visualização das contas a receber, cotas a pagar e de todos os desembolsos gerados dos custos fixos.

Do exposto, infere-se que o fluxo de caixa é uma simples, mais extremamente útil e poderosa ferramenta de planejamento financeiro. Com a observação de alguns princípios, ele poderá trazer benefícios significativos para a sua empresa. Também dispensa grandes investimentos em informática para poder operar satisfatoriamente. De fato, a principal condição para o sucesso do fluxo e caixa é a existência de uma cultura de planejamento.

2.2 OBJETIVOS DO FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa tem como foco principal, a projeção das entradas e das saídas de recursos financeiros para determinado período, com o objetivo de facilitar a administração da empresa com relação aos pagamentos e recebimentos, podendo tomar atitudes em tempo hábil tanto no sentido de cobrança de possíveis devedores, quanto na busca de recursos para suprir eventuais necessidades de capital para a honra de seus compromissos. Este controle permite que a empresa possa administrar seus capitais e se não zerar, ao menos manter em níveis aceitáveis o índice de inadimplência.

Para a elaboração de um bom e eficiente fluxo de caixa, devemos considerar como objetivos principais os seguintes aspectos:

- Proporcionar o levantamento de recursos financeiros necessários para a execução do plano geral de operações e, também, da realização das transações econômico-financeira pela empresa;
- Empregar, da melhor forma possível, os recursos financeiros disponíveis na empresa, evitando que fiquem ociosos e estudando antecipadamente a melhor aplicação, o tempo e a segurança dos mesmos;
- Planejar e controlar os recursos financeiros da empresa, em termos de ingressos e de desembolsos de caixa, através das informações constantes nas projeções de vendas, produção e despesas operacionais, assim como de dados relativos aos índices de atividades: prazos médios de rotação de estoques, de valores a receber e de valores a pagar;
- Saudar as obrigações da empresa na data de vencimento;
- Buscar o perfeito equilíbrio entre ingressos e desembolsos de caixa da empresa;
- Analisar as fontes de crédito que oferecem empréstimos menos onerosos, em caso de necessidade de recursos pela empresa;
- Evitar desembolsos altos pela empresa, em época de baixo encaixe;
- Desenvolver o controle dos saldos de caixa e dos créditos a receber pela empresa;
- Permitir a coordenação entre recursos que serão alocados em ativos circulantes, vendas, investimentos e débitos;

2.3 PLANEJAMENTO DE CAIXA

O fluxo de caixa opera em ciclos, desde a compra de estoques até o recebimento de suas vendas a prazo. A análise do fluxo de caixa basicamente mostrará a relação entre a despesa decorrente do cumprimento das obrigações e a receita obtida pela venda de seus produtos. A combinação da entrada e saída de dinheiro pode resultar em saldo positivo ou negativo.

Para que uma empresa possa trabalhar financeiramente estável, é fundamental que seja dada a devida importância aos ciclos, tanto ao econômico quanto ao financeiro, pois eles são primordiais ao fluxo de caixa da empresa, controlando o risco da inadimplência próprio e o de seus clientes. O banco do Brasil, assim como outras instituições que operam com a concessão de crédito a empresas, utiliza os dados referentes aos ciclos econômicos e financeiros e do fluxo de caixa para a análise da capacidade de pagamento em operações de capital de giro ou de investimentos, pois estes dados refletem a realidade financeira da empresa e pondera o risco e uma futura inadimplência.

3 TIPOS DE FLUXO DE CAIXA

Operacional: Entradas e saídas diretamente relacionados à produção e venda dos produtos e serviços da empresa. Estes fluxos se baseiam na demonstração do resultado e nas transações das contas circulantes (excluindo contas a pagar) ocorrida durante o período.

Investimento: São associados com a compra e venda de ativos imobilizados e participações societárias.

Financiamento: Resultam de operações de empréstimo e capital próprio. Tomando ou quitando empréstimos tanto de curto prazo (título a pagar) quanto de longo prazo resultando num correspondente entrada ou saída de caixa.

Do mesmo modo, a venda de ações pode resultar numa entrada de caixa enquanto que a recompra de ações ou pagamento de dividendos pode resultar uma Saída financeira.

3.1 ABRANGÊNCIA DO FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa não deve ser uma preocupação exclusiva da área financeira, deve haver comprometimento de todos os setores com os resultados, destacando-se:

- A área de produção, ao promover alterações nos prazos dos produtos, determina novas alterações nas necessidades de caixa. Da mesma forma, os custos de produção têm importante reflexo sobre o caixa. As decisões de compras devem ser tomadas de maneira ajustada com a existência de saldos disponíveis de caixa. É de fundamental importância o ajuste dos prazos entre o pagamento dos fornecedores e o recebimento das vendas.
- Políticas de cobrança mais ágeis e eficientes, ao permitirem colocar recursos financeiros mais rapidamente à disposição da empresa, se tornam importantes reforços de caixa.

- A área de vendas, em conjunto com a meta de crescimento da atividade comercial, deve manter um controle mais próximo sobre os prazos concedidos e hábitos de pagamentos dos clientes, de maneira a não pressionar negativamente o fluxo de caixa. É recomendado que toda decisão envolvendo as vendas seja tomado somente após uma previa avaliação de suas implicações sobre os resultados de caixa (exemplos: prazo de cobrança, despesas com publicidade e propagandas, etc...).

A extensão do ciclo operacional é o fator determinante das necessidades de recursos do ativo circulante. Ele é administrado através de:

- Negociações com fornecedores e outros credores visando alongar os prazos de pagamentos;
- Medidas mais eficientes de valores a receber, sem prejuízo de vendas futuras, objetivando reduzir o volume de clientes em atraso e inadimplentes;
- Decisões tomadas à área com o intuito de diminuir os estoques e incrementar seu giro;
- Concessão de descontos financeiros, sempre que economicamente justificados, na expectativa de redução dos prazos de recebimentos das vendas e etc...

4 O PAPEL DO ADMINISTRADOR FINANCEIRO NO FLUXO DE CAIXA

De acordo com Gitman (1997), a administração financeira é também dividida em três áreas de decisões: análise, planejamento e controle financeiro.

A boa administração financeira envolve também uma boa administração financeira, é fundamentalmente, dispor o numerário necessário para saldar em tempo hábil os compromissos assumidos com terceiros e maximizar os lucros.

4.1 VANTAGENS DO FLUXO DE CAIXA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO

O planejamento financeiro é um importante roteiro para dirigir, coordenar e controlar as ações para execução de seus objetivos. Sendo assim listamos as vantagens do fluxo e caixa:

- Demonstra o momento certo de fazer as retiradas de caixa sem proporcionar problemas financeiros para a empresa;
- Permite o uso racional dos recursos disponíveis sem comprometer a liquidez da empresa;
- Pode-se elaborar financiamentos futuros;
- A empresa pode evitar possíveis crises ocasionadas pela inadimplência de seus clientes;
- Possibilita a escolha de financiamentos e investimentos;
- Possibilita planejamento integrado das atividades da empresa;
- Facilita o processo decisório;
- É possível visualizar os pontos fortes e fracos da empresa e assim, aplicar medidas corretivas;

- Possibilita o estabelecimento de objetivos e metas a serem alcançados;

4.2 ESTUDO DE ALTERNATIVAS DE INVESTIMENTOS

A avaliação de investimentos possui uma metodologia de análise que envolve critérios que possuam diferenças significativas em sua concepção e, conseqüentemente, em sua utilização no processo de tomada de decisões. Podem ser citados como os mais utilizados o Valor Presente Líquido (VPL), Taxa Interna de Retorno (TIR) e o Payback.

4.2.1 VALOR PRESENTE LIQUIDO (VPL):

Representa a confrontação entre as entradas e saídas trazidas para a data que se inicia a análise do investimento de um determinado fluxo de caixa, descontadas a uma taxa que representa o custo oportunidade do investimento.

Para identificar a viabilidade do projeto é necessário observar se o VPL é positivo, ou seja, se as entradas do fluxo de caixa do investimento são superiores as saídas. (SILVA, 2002)

4.2.2 TAXA DE RETORNO INTERNO (TIR):

Determina a taxa que fará com que o retorno do investimento seja igual à zero, ou seja, traça a linha que divide um investimento entre a viabilidade ou não.

4.2.3 PAYBACK:

Determina qual o tempo necessário para que se recupere o investimento de um determinado projeto, explicitando qual será a capacidade de pagamento do projeto, ou seja, em quanto tempo ele será pago.

Este método apresenta limitações, como por exemplo, não considerar o valor do dinheiro no tempo, forçar a adoção de uma visão artificial de curto prazo e não existir um período padrão para fins e comparação.

Em contrapartida, como vantagem, pode se destacar que ele é o único a contemplar o aspecto de liquidez na análise de alternativa de investimento.

5 ANALISE DE INDICADORES FINANCEIROS E ECONOMICOS

Em uma empresa o objetivo principal é maximizar os lucros e minimizar os custos, em função de sua atividade operacional.

A análise de indicadores econômico-financeiros através do fluxo de caixa proporciona uma relação entre dados da empresa, verificando os pontos crítico que possam causar desequilíbrio a curto ou longo prazo, utilizando-se de dados internos e externos a empresa.

Os dados internos são provenientes dos registros contábeis, em especial, do balanço patrimonial e do demonstrativo de resultado do exercício.

Os dados externos e referem as informações obtidas de empresas do mesmo ramos da atividade, concorrentes e entidades de classe.

Comparando os resultados internos e externos é possível uma visualização do progresso ou retrocesso ocorrido no período.

5.1 ANÁLISE DE INDICADORES FINANCEIROS

Principais indicadores utilizados para realizar a análise de liquidez da empresa:

5.1.1 LIQUIDEZ IMEDIATA (LI)

Mostra o quanto a dívida em curto prazo da empresa pode ser saldada de imediato, utilizando-se das disponibilidades do período.

5.1.2 ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA (LS)

Apresenta a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo desconsiderando os estoques, que são os recursos menos líquido do ativo. Com isso a empresa independe das vendas para o pagamento de suas contas de curto prazo.

Para que a rotação dos valores a receber seja boa, esse indicador deve situar-se entre 0,7 e 0,8 para cada unidade monetária de obrigações, pois caso esse índice aproxime-se de 0,5 é sinal de que os problemas de liquidez da empresa estão aumentando.

5.1.3 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

Este indicador é bastante utilizado na análise, pois estabelece a relação entre os bens e direitos realizáveis líquidos em curto prazo e as obrigações de curto prazo da empresa.

5.1.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ TOTAL (LT)

Demonstra a situação financeira em longo prazo, ou seja, a relação entre os capitais circulantes próprios da empresa e os capitais de terceiros.

Neste índice se não houver investimento de expansão é aceitável um índice de no mínimo, igual à unidade, considerando-se este caso, o ativo permanente é todo financiado por capitais próprios.

5.1.5 SOLVÊNCIA GERAL (SG)

É uma medida de avaliação a capacidade financeira da empresa em longo prazo para saldar os compromissos com terceiros, que são exigíveis a qualquer prazo.

A análise da solvência geral é realizada pelo total dos bens e direitos divididos pelo total das obrigações com terceiros.

5.1.6 ENDIVIDAMENTO

Mede o grau de proteção que os credores de uma empresa têm no caso de falência da mesma.

O grau de endividamento é uma relação inversa do grau de solvência geral.

Paga uma empresa operar com autonomia financeira, o grau de endividamento, maior será a capacidade financeira da empresa em longo prazo.

5.1.7 GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS (GT)

Indica quanto à empresa dispõe de capital próprio para garantir a devolução do capital de terceiros. Por isso, quanto mais alto o grau de garantia de capital de terceiros, maior segurança haverá para os credores que emprestarem recursos a empresa.

5.1.8 IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO (ICP)

Para uma boa administração financeira, os bens e direitos do ativo permanente devem ser financiados pelos recursos próprios, e quando insuficientes complementados por recursos derivados de terceiros, com amortização em longo prazo.

5.1.9 CAPITAL CIRCULANTE (CC)

Também denominada capital de giro, é o valor necessário para uma empresa fazer seus negócios girarem. É dado pela diferença entre o passivo e o ativo permanente a empresa.

É um item extremamente volátil e instável, exigindo um controle rigoroso, pois quando mal dimensionado pode levar a empresa a uma situação de inadimplência ou até mesmo a sua insolvência.

O cálculo dos índices de liquidez tem como objetivo demonstrar a probabilidade da empresa em saldar seus compromissos no vencimento.

A análise da liquidez é tanto de interesse dos credores, que poderão saber a época em que seus créditos serão pagos, quanto da empresa que dimensiona as necessidades de caixa para cumprir seus compromissos no prazo estabelecido.

O índice de liquidez corrente é o mais utilizado, por abranger a totalidade dos capitais circulantes próprios e de terceiros, em curto prazo, mas não se pode considerá-lo como o mais significativo, porque não deve considerar os estoques como garantia de liquidez, pois se trata de uma garantia de solvência.

Os estoques só podem ser considerados como parte da liquidez quando da falência da empresa e não quando a mesma estiver em funcionamento.

6 CONCLUSÃO

As mudanças sócio-econômicas, pelas quais as organizações têm passado, levam o profissional financeiro a buscar uma evolução contínua quanto ao desempenho de seu papel de provedor de informações úteis ao processo de tomada de decisões pelos gestores. Neste sentido, surge a necessidade de uma avaliação sobre se as demonstrações geradas pela contabilidade suprem a necessidade informacional dos usuários, tanto internos quanto externos. Seria de grande utilidade para o Banco de o Brasil incluir na formação de seus funcionários o estudo de fluxo de caixa de seus clientes, podendo desta forma a melhorar a análise de crédito e antecipar a situação financeira da empresa em um futuro próximo, podendo atuar proativamente nos casos e que se vislumbre uma possível inadimplência de seus clientes, evitando um possível prejuízo ao banco ou então até mesmo auxiliando as empresas na solução de seu fluxo de caixa.

O objetivo da administração financeira é maximizar o patrimônio dos acionistas. A função do administrador financeiro é orientar as decisões de investimentos e financiamentos a serem tomadas pelos dirigentes da empresa.

O papel do contador é fornecer as demonstrações financeiras para os acionistas, administradores financeiros e dirigentes.

As receitas da empresa não representam fluxo de caixa disponível aos acionistas. Os proprietários recebem retornos tanto através do pagamento de dividendos quanto pela venda de suas ações, a um valor superior ao preço de compra inicial. Somente quando um aumento dos lucros é acompanhado por uma elevação do fluxo de caixa atual e/ou esperado, é provável que ocorra uma alta no preço da ação.

A análise do fluxo de caixa é um instrumento poderoso à disposição das pessoas físicas e jurídicas relacionadas à empresa, como acionistas, dirigentes, bancos, fornecedores, clientes e outros.

A principal causa de inadimplência é a falta de um eficaz modelo de controle administrativo. Assim sendo, é necessário que os responsáveis pela administração financeira desenvolvam habilidades para lidar com este problema. A gestão do fluxo de caixa não se constitui em preocupação exclusiva das grandes empresas, pois como verificado a inadimplência afeta tanto grandes empresas quanto pequenas, em graus diferentes conforme suas políticas financeiras.

Procurou-se a critério de exemplificação descrever os modelos disponíveis na literatura para desenvolvimento do fluxo de caixa, procurando uma fundamentação teórica que resumisse de forma objetiva a importância e as formas simples de desenvolver esta ferramenta. A administração de caixa mudou muito nos últimos 20 anos em decorrência de dois fatores, as taxas de juros e as novas tecnologias, particularmente os mecanismos computadorizados de transferência eletrônica de recursos. A maior parte das atividades de administração é desempenhada conjuntamente pela empresa e seu banco principal.

Outro fator importante para qualquer análise do índice de inadimplência é a questão importante da política de cobrança, pois é evidente que a concessão de crédito pode incentivar ou limitar o fluxo de recursos em uma empresa. Uma boa política de concessão de crédito envolve um equilíbrio entre os lucros nas vendas a prazo e o custo de manutenção dos valores a receber, adicionando aos possíveis prejuízos decorrentes de dívidas incobráveis; outro ponto a ser considerado é a política de crédito adotada pelos concorrentes.

Com base na fundamentação teórica é possível afirmar, com clareza, que uma boa política juntamente com análise das concessões de crédito e risco, diminuem de forma efetiva os altos índices de inadimplência, que dificultam a administração dos numerários.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; TIBÚRCIO SILVA, César Augusto. **Administração do capital de giro**. 2 ed. São Paulo: ed. Atlas, 1997.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnica de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1989.

BREALEY, R. A. MYERS, S. C. Tradução: FIGUEIRA, M. do C. **Princípios de finanças empresariais**. 5. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1999.

CAMPOS FILHO, Ademar. **Demonstração dos fluxos de caixa**. São Paulo: Atlas, 1999.

FAVERO, Hamilton; LONARDONI, Mário; SOUZA, Clóvis de; TAKAKURA, Massakasu. **Contabilidade Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1997.

FREZATTI, Fábio. **Gestão do Fluxo de Caixa Diário**. Atlas, 1997.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7. ed. São Paulo, 1997.

HOJI MASAKAZU, Mariano Yoshitake. **Gestão de Tesouraria – Controle e Análise de transações financeiras em moeda forte**. São Paulo: Atlas, 1997. Paulo: ed. Harbra, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 1999.

JOHNSON, R. W. **Administração financeira**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1973.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem básica e gerencial**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ROSS, S. A.; WESTERFIELDE, R. W.; JAFFE, J. F. **Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, do Ariovaldo e LUSTOSA, Paulo Roberto B. **“Demonstração de Fluxos de Caixa: Uma reflexão sobre a objetividade (ou a falta de) do Fluxo de Caixa”** IN IOB. Boletim 14/99 Temática Contábil e Balanços Pág. 1

SILVA, Edson Fernandes. **Apostila Administração Financeira**. Belo Horizonte: Pontifícia Católica de Minas Gerais, 2002. Mimeo.

TUNG, N. H. **Controladoria financeira das empresas: Uma abordagem prática**. 7º ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

WESTON, J. F.; BRIGHAM, E. F. **Fundamentos da administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

YOSHITAKE, Mariano; HOJI, Masakazu. **Gestão de tesouraria: Controle e análise de transações financeiras em moeda forte**. São Paulo: Atlas, 1997.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros**. 9. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.